



Secretaria de Inspeção do Trabalho  
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho  
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

## **REUNIÃO do GRUPO de TRABALHO TRIPARTITE sobre o ANEXO 5 da NR-16 (PERICULOSIDADE nas ATIVIDADES em MOTOCICLETAS)**

### **MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO**

Local: **Sala de Reuniões do Gabinete do Ministro (GM/MTE)**

Datas: **25 de setembro de 2014**

#### **PARTICIPANTES:**

**Governo:** Rinaldo Marinho Costa Lima (DSST/SIT); Romulo Machado e Silva (DSST/SIT); Luciana da Silva Faria Rodrigues (DSST/SIT); Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira (DSST/SIT); Cleiton Faria Lima (FUNDACENTRO); Rogério Alves da Silva (DSST/SIT).

**Trabalhadores:** Gilberto Almeida dos Santos (UGT); Pedro da Silva Mourão (CUT); Cláudio Ferreira dos Santos (CGTB); Luiz Carlos Garcia Galvão (NCST); José Marcos da Silva (Força Sindical); Henrique Baltazar (CTB); Rodrigo Carlos Ferreira (UGT); Gilmar Lourenço da Silva (UGT); Rogério dos Santos Lara (Força Sindical); e Arão José Gabriel Neto (adv).

**Empregadores:** Não houve a participação.

#### **ASSUNTOS TRATADOS:**

1. A representação de Governo explicou todo o funcionamento do processo tripartite de elaboração de regulamentações referentes à segurança e saúde no trabalho existente e utilizado pelo MTE até a atualidade (Port. n.º 1.127/03); citou que a demanda em elaborar o Anexo 5 da NR-16 surgiu com a publicação da Lei n.º 12.997/14; e apresentou o cronograma de elaboração do Anexo que vem sendo cumprido sem atrasos, a saber (- divulgação do texto básico para consulta pública (15 de julho); - recebimento de sugestões da sociedade (15 de julho a 13 de setembro); - início dos trabalhos do GTT (25 de setembro); - apresentação de texto final para a CTPP (9 e 10 de outubro).  
Explicitou também que a reivindicação inicial colocada pela categoria trabalhadora foi modificada no âmbito do Congresso Nacional, e sendo sancionada a Lei, que dispõe uma aplicação ampliada, cabe o MTE cumprir o seu papel de definir e regulamentar as condições de enquadramento da atividade em conformidade com o que é estabelecido.
2. Foram apresentadas as principais questões levantadas pela sociedade durante o processo de consulta pública: muitas dúvidas em relação ao trabalho em vias particulares; questionamentos relacionados ao tempo de exposição; solicitações para citar expressamente as categorias profissionais e de vincular o direito a estas; propostas de alterações do item 1 e da alínea “b” do item 2; e regulamentar as questões de segurança e saúde no trabalho na atividade.
3. Foi esclarecido que a proposta de regulamentação não estabelece categorias profissionais, apenas dispõe os critérios para o enquadramento da atividade para a percepção do direito, uma vez que a lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, não fez esse tipo de distinção. Esclareceu também que o direito, nos termos da

regulamentação, é para os empregados celetistas. Quanto às questões relacionadas ao tempo de exposição, foi informado que não será tratado no Anexo, uma vez que a Súmula TST n.º 364 já trata do assunto. Em relação à definição de medidas preventivas, foi esclarecido que a atribuição deste GTT é regulamentar as questões relacionadas ao pagamento do adicional de periculosidade, sendo que estas e outras questões poderão ser abordadas futuramente por outro grupo.

4. Gilberto Almeida foi escolhido pelos representantes de trabalhadores como o Coordenador da Bancada.
5. Após as discussões sobre o texto, ficou proposta a alteração da redação do item 1 como segue:  
  
*“As atividades laborais com utilização de motocicleta ou motoneta no deslocamento de trabalhador em vias públicas, urbanas e OU rurais são consideradas perigosas”.*
6. A próxima reunião do Grupo ficou agendada para o dia 07 de outubro, das 14h00 às 18h00, em Brasília/DF.

Nada mais a discutir, a reunião foi encerrada.